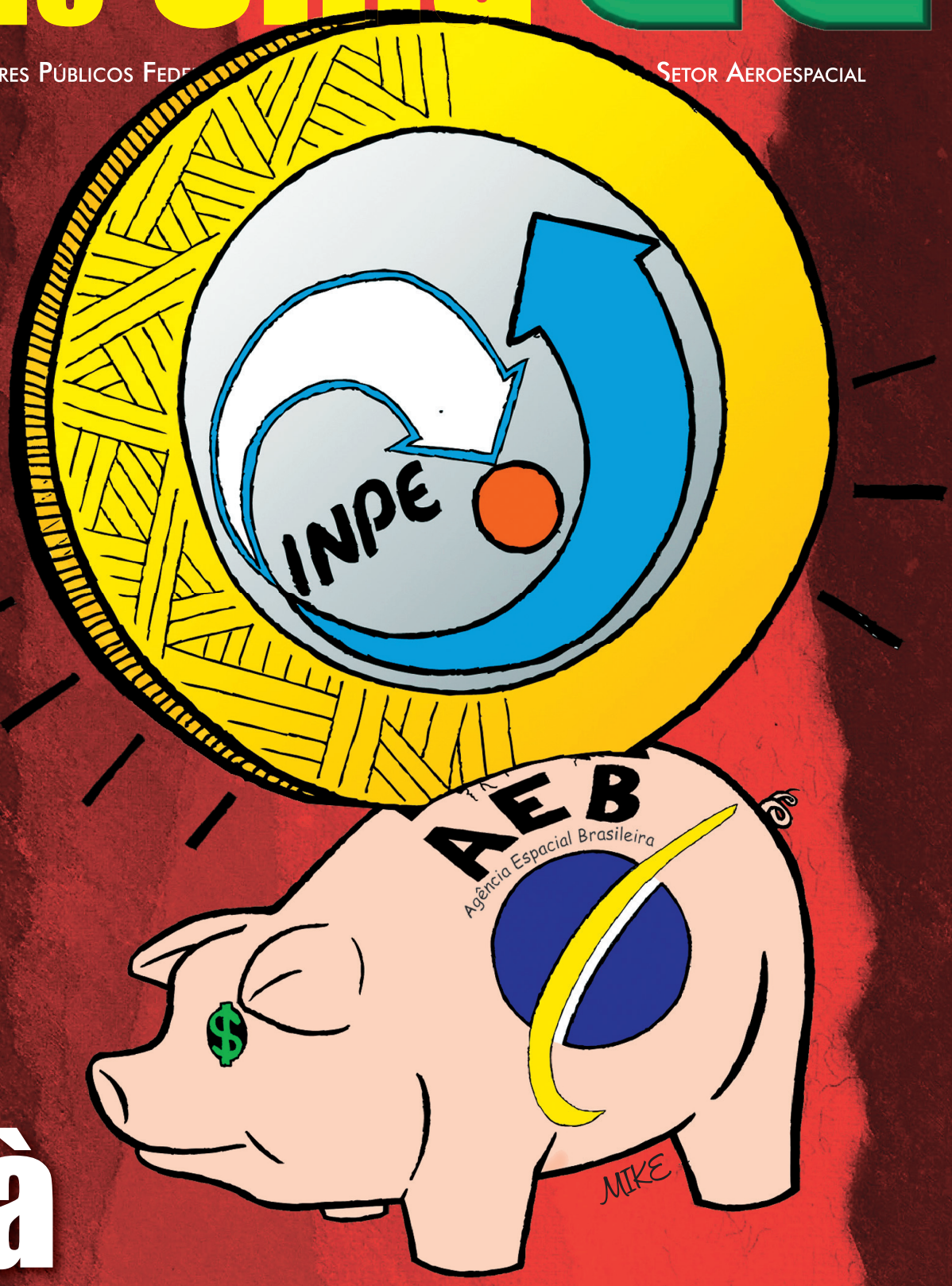
Ano 2 ▪ Número 14 ▪ Maio de 2012

Jornal do SindCT

Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Fede

Setor Aeroespacial



INPE não pode ficar à mercê da AEB

INPE Página 3
Após nove meses de expectativa, INPE tem novo diretor

Ciência e Tecnologia Página 7
História do desenvolvimento do carro a álcool

Nossa Luta Página 11
Campanha salarial: a Carreira da Ciência e Tecnologia

Editorial

Sobre os ombros de Perondi pesam as expectativas da comunidade inpeana

A conquista espacial é um empreendimento caro. Requer planejamento complexo e rigor na liberação de vultosos recursos financeiros.

Por Ivanil Elisiário

INPE e DCTA, protagonistas do Programa Espacial Brasileiro (PEB) e executores do PNAE, vêm sofrendo há décadas com: baixos investimentos, limitações da lei de licitação, escassez de recursos humanos e inconstante carreira profissional. O resultado é que o Plano Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), embora seja coerente e bem estruturado, é pouco respeitado, porque não se concretizaram mais do que 20% dos programas previstos desde a sua criação. Esta é a justificativa dada pelo ministro Raupp para aprovar ações que transferem ao setor privado atribuições de gerenciamento e condução dos assuntos da tecnologia espacial.

Empresas privadas são constituídas "main contractors", com a missão de adquirir equipamentos e sistemas completos, de estrangeiros, sem transferência de tecnologia. É o caso que se configura na aquisição do Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB) para operar em 2014. A Embraer será o "main contractor" em parceria com a Telebras. O INPE fica sem participação definida. Atualmente, o Brasil não possui tecnologia para desenvolver um satélite geoestacionário, mas seria uma grande oportunidade fazer uma pesquisa em paralelo para começar a desenvolver o próximo satélite que tenha o mesmo objetivo. Outro exemplo gritante é a constituição da Alcântara Cyclone Space (ACS), sob a argumentação de prover o Brasil de acesso ao espaço.

Cabresto no INPE?

O ministro diz que o INPE necessita de um cabresto que o torne mais controlável pela AEB. Assim subordinado, caberia obedecer e executar as políticas elaboradas. "O INPE estar fora da AEB tem propiciado disputas que não são salutares ao PEB", declarou à imprensa.

Agora, temos novos atores: José Raimundo Coelho, na AEB; e Leonel Perondi, no INPE.

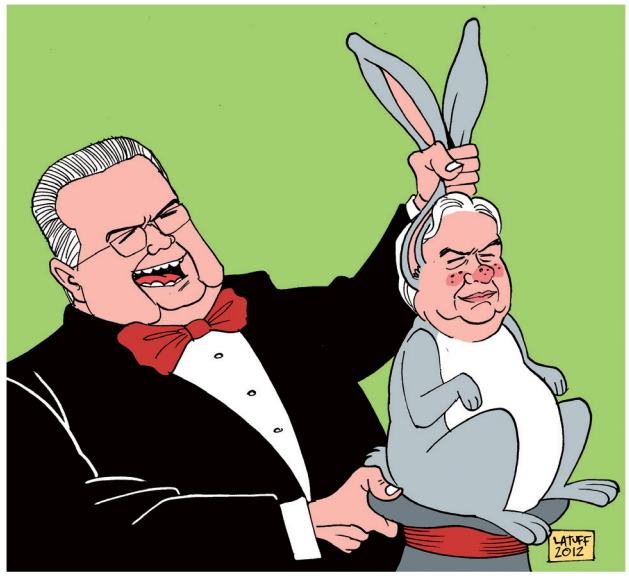
Sobre os ombros de Perondi pesam as expectativas da comunidade inpeana de que atue com liberdade, sem pressões da AEB ou do MCTI, na busca da revitalização do Instituto, em forma de investimentos, contratação de pessoas, recursos financeiros, projetos focados. Que ele fomente o fortalecimento das Divisões, a descentralização de poder e o diálogo.

O prestígio do INPE, conquistado pela competência e dedicação de seus servidores, deve ser defendido. O Instituto deve continuar figurando como principal protagonista operacional do PEB, juntamente com o DCTA. O novo diretor do IAE, brigadeiro Kasemodeo, tem que buscar a solução de problemas semelhantes: recomposição do quadro de pessoal e maiores investimentos para o projeto VLS. Sem investimentos adequados, o programa se torna peso excessivo para o Instituto.

Os royalties do Petróleo do Pré Sal serão muito bem vindos se compuserem uma decisão de governo de se elevar o desenvolvimento espacial à condição de estratégica e essencial para o país. Enquanto sonhamos com isso, vivemos a realidade: estrutura deteriorada, desmanche institucional, idade média avançada dos servidores aliada à falta de política de reposição, baixos salários e desmotivação geral.

Ivanil Elisiário Barbosa é presidente do SindCT

Charge do Mês



Dia do Trabalhador

http://www.sindct.org.br

HOMENAGEM DO SINDCT a todos os trabalhadores dos institutos de tecnologia

José Divino de Souza: uma vida dedicada ao INPE

Por Shirley Marciano

Acorda às 6 horas da manhã. Um café reforçado é bem vindo neste frio de São José dos Campos, ainda mais ser for preparado por dona Dolores, esposa há 36 anos. A pé, desde o bairro Parque Santa Rita, segue o caminho há muito conhecido. Assina o livro de ponto, cumprimenta os velhos amigos e é hora de começar o trabalho. Esta tem sido a rotina de José Divino de Souza, 65 anos, técnico em telefonia, no INPE há 42 anos, em dez deles, como aposentado e contratado por empresa terceirizada.

Shirley Marciano

Sala de Controle de Ramais do INPE

Mineiro, da cidade Francisco Sá, Divino, que costuma se auto-referir em terceira pessoa, aprendeu tudo o que sabe no dia a dia, com professores da vida. E, com muita dedicação, hoje faz a manutenção de todos os ramais de telefonia do INPE, junto a outros quatro técnicos da equipe.

Falante, contador de histórias e com um astral contagiante, mostra prontamente o seu local de trabalho e explica o funcionamento dos ramais, através de um emaranhado de fios indecifráveis, em um painel na parede de uma das salas. "Assim que entrei para a parte de telefonia, pediram para que eu fosse sempre discreto com as informações que supostamente chegassem a mim. Assim, desde então, sou cego, surdo e mudo", explica, bem humorado.

Hoje são cerca de 2.000 ramais e 70km de cabeamento de fibra ótica para atender a demanda de todo o Instituto. "Quando cheguei ao INPE, havia apenas um ramal que vinha do DCTA", conta Divino, com olhar distante de quem busca lembranças de uma saudosa época.

Porém, nem sempre esteve na área de telecomunicação. No início trabalhava no cinturão verde do INPE, em um momento que considera ser muito diferente. Ele fala que houve muitas mudanças e que atualmente a chefia tem menos tempo para tirar dúvidas sobre questões do trabalho. "Antigamente o pessoal era bem mais acessível", lamenta.

Assim, com orgulho e dedicação, segue a vida e o trabalho nas instalações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

" E sempre que precisarem do Divino, lá estarei para ajudar", finaliza.

No mês do trabalhador, através de José Divino, fica a homenagem do Sindicato a todos os trabalhadores dos institutos de tecnologia e aos demais trabalhadores do Brasil.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30 de agosto de 1989 ▪ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ▪ CEP 12.243-630 ▪ São José dos Campos - SP ▪ Tel/fax: (12) 3941-6655 ▪ Responsabilidade editorial: a diretoria ▪ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ▪ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ▪ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ▪ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ▪ Redação: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ), Sheila Jacob e Shirley Marciano (MTB 47686/SP) ▪ Designer: Daniel Costa

HABEMOS PAPAM: Nomeação demorou mais do que para escolher um papa

Após nove meses de incertezas, INPE tem novo diretor

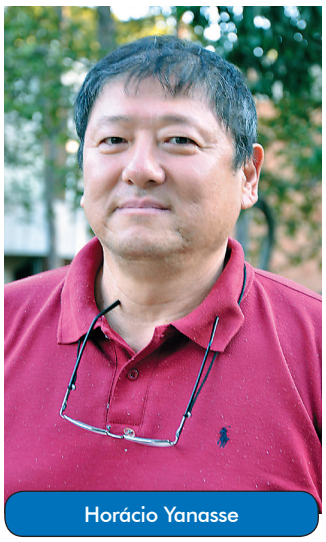
No dia 15 de maio finalmente o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, nomeou Leonel Perondi para o cargo de diretor do INPE.

Fernanda Soares e Shirley Marciano

Após amplas cobranças da diretoria do SindCT e dos servidores, que encaminharam um abaixo-assinado ao Ministério com mais de 350 assinaturas, a nomeação parece ter agradado à comunidade inpeana, que passou por algumas dificuldades nos últimos nove meses.

De acordo com o presidente do SindCT, Ivanil Elisiário Barbosa, "a indefinição vinha prejudicando o andamento e os projetos do INPE, já que Gilberto Câmara não podia deliberar sobre novos projetos".

A preocupação agora, já com a nova direção do INPE, é sobre a autonomia do instituto. A subordinação do INPE à Agência Espacial Brasileira (AEB) pode deixar o instituto à mercê das decisões do presidente do órgão. A sintonia entre o presidente da AEB e o diretor do INPE foi, segundo o ministro Raupp, um dos motivos da demora na nomeação.


Horácio Yanasse

Fotos: Fernanda Soares

Horácio Hideki Yanasse, candidato ao cargo de diretor do INPE, falou ao Jornal do SindCT sobre o desafio que Perondi irá enfrentar. "Primeiramente a reposição de pessoal. Mas ele terá que fazer isso com objetivos claros, justificando para que e para onde vai, mostrar o que o Brasil irá ganhar com essas contratações. Junto com isso tem a questão dos recursos para a instituição. Deve-se fazer uma ingerência em todos os partidos, pois quando troca o governo, troca o ministro, as prioridades mudam e os projetos ficam prejudicados. O programa espacial deveria ter uma garantia de recursos. Os projetos de Estado deveriam ser protegidos, ter seu recurso assegurado, independente do governo e do orçamento destinado ao ministério."

Servidores falam das expectativas com a nomeação:

Alberto Setzer - CPTEC

"A expectativa é a recomposição do INPE no sentido amplo: quadro de funcionário, desempenho e realização."

André Rodolfo da Silva - DGP

"Que o novo diretor tenha oportunidade de conhecer mais sobre a área administrativa e não fique só nas demandas da área técnica."

Emílio Machado SIA - Correio Interno

"Gostaria que olhasse mais a questão do nível auxiliar que tem ficado para trás, no sentido de melhorar o salário. O novo diretor é mais do povo. Esperamos que ele faça uma boa gestão no INPE."

Heitor Patire Júnior - DMC

"Minha expectativa é que sejam fortalecidas as divisões e retorne o desenvolvimento tecnológico para as mãos do INPE, com fabricação em parceria com empresas."

José Nivaldo Hinckel - DMC

"Espero do novo diretor discernimento para que as ações do INPE sejam voltadas a um programa espacial sustentável e respaldado por demandas claras do Estado e da sociedade brasileira."

Luís Bambace - DMC

"O novo diretor tende a fazer um sistema de descentralização de decisão e isso é bom. Sugiro que faça o pacote organização e metas, com foco nos grandes problemas."

Mario César Ricci - DMC

"Fico feliz que o novo diretor do INPE seja da área de engenharia. É bom, pois assim ele pode entender melhor nossas questões. Os outros eram da área de aplicação e davam menos atenção à atividade fim do INPE."

Paulo Escada - CPTEC

"A expectativa é a de que aprofunde o debate em torno do Programa Espacial Brasileiro."

Pedro Cândido - DMC

"Minha impressão sobre o novo Diretor do INPE: muito mais equilibrado, pé no chão, contato direto com os funcionários do INPE e defensor da instituição em todas as áreas. Espero que ele consiga fazer uma boa gestão!"

SISTEMA DE ATITUDE E ÓRBITA poderia ter sido desenvolvido no país

A direção do INPE não explicou a falta de investimentos

"Temos tecnologia, sabemos como fazer, basta dar os recursos necessários"

Por Shirley Marciano

Na edição anterior do *Jornal do SindCT* (nº 13, pág. 7), foram abordados diversos questionamentos com relação à compra, no final de 2008, do Sistema de Atitude e Órbita da empresa estatal argentina INVAP, com dispensa de licitação no valor de R$ 47,5 milhões.

Até o momento, o INPE não se posicionou. Assim, o SindCT volta a solicitar esclarecimentos ao Instituto, agora através do seu novo diretor Leonel Perondi.

Por que se desconsiderou a tentativa em curso de desenvolver o subsistema no INPE, através de seus pesquisadores? Por que se cancelou a possibilidade de compra do subsistema, por meio de licitação, na qual os consórcios eram compostos por empresas brasileiras, em parceria com estrangeiras? Por que a INVAP, empresa que não possui tradição na venda de sistemas inerciais, foi escolhida?

Ao ser questionado sobre o assunto, em entrevista concedida ao jornal *O Vale* (09/05/2012), Gilberto Câmara, que já era diretor do INPE à época, justifica: "Havia quatro empresas brasileiras associadas a quatro empresas internacionais. Quando a Justiça suspendeu o edital pela quarta vez, nós concluímos que o que a gente tentava fazer não estava funcionando. As licitações não andavam porque não tinha uma empresa nitidamente melhor e todas entravam na licitação, uma para derrubar a outra."

A decisão de comprar da INVAP

O *Jornal do SindCT* conversou com o pesquisador Valdemir Carrara, que na época era responsável pelo Sistema de Atitude e Órbita, para que sejam esclarecidos alguns pontos sobre o assunto.

Labsim, onde seria desenvolvido o Sistema de Atitude e Órbita

Ele conta que houve diversas tentativas para desenvolver a tecnologia no INPE, mas não houve os investimentos necessários para se equipar um laboratório com sistemas de controle similares àqueles empregados em satélites e, assim, viabilizar as pesquisas.

Em 2005, quando a direção do instituto se empenhou para que o sistema de controle fosse desenvolvido no próprio INPE, formou-se uma equipe de cinco pessoas para atuar neste projeto. Foi então produzido um plano que apontava claramente para a necessidade de aumento substancial no efetivo de pessoal para se atingir os resultados dentro do cronograma.

Falta de recursos humanos

Assim, Carrara expediu um memorando interno que apontava a falta de pessoal qualificado na quantidade necessária ao projeto. Nele continha uma constatação de que seriam necessários cerca de 27 anos para concluir o sistema com a equipe envolvida, caso não houvesse a adição de novos recursos humanos.

"Fiz o memorando interno no qual relatei tecnicamente a preocupação com a carência de recursos humanos. A ideia foi chamar a atenção para o ponto fundamental, que era necessidade urgente de agregar pessoal para viabilizar o projeto da PMM (Plataforma Multi-Missão)", explica.

Curiosamente, este memorando é usado para consubstanciar a tese de que o subsistema de controle deveria ser comprado pronto, ou seja, que os pesquisadores do Instituto seriam incapazes de desenvolvê-lo.

"Acredito que temos o conhecimento e a tecnologia necessária para efetuar este desenvolvimento. Basta contarmos com os recursos necessários", afirma Carrara.

Outro dado a ser destacado é que em 2005 foi apresentado um cronograma de dois anos para esse projeto. Ou seja, já se foram sete e ainda não foi entregue. Se o prazo fosse o mais importante, possivelmente o subsistema já estaria pronto e a conta sobre o número de pessoal seria bem diferente.

Finalmente, no final de 2008, a direção do INPE, através de uma dispensa de licitação, adquiriu o subsistema da empresa estatal argentina INVAP.

De acordo com o pesquisador, mesmo sendo o responsável pelo sistema de controle de atitude, ele não participou do processo de compra da fornecedora estatal argentina.

A importância do domínio das tecnologias críticas

O domínio de tecnologias críticas é fundamental para qualquer país, organização pública ou empresa, que tenha como missão atuar na área espacial. Quem as produz não as transfere para continuar vendendo e não criar concorrência.

O domínio da tecnologia de Sistema de Controle de Atitude e Órbita é de inquestionável importância, pois proporcionará ao Programa Espacial Brasileiro autonomia, custos menores e economia de tempo, entre outros benefícios. Atualmente, a Embraer compra esse sistema dos EUA, ao passo que, se fosse desenvolvido no Brasil, poderia ser produzido nas indústrias nacionais, sem precisar importar.

Sistema de Atitude e Órbita: o cérebro de um satélite

A câmera de um satélite precisa de auxílio para capturar imagens de uma região previamente definida sobre a Terra. Além disso, a órbita degrada com o tempo e o satélite tende a sair do lugar. Um satélite nas órbitas baixas (750km) pode cair até alguns metros por dia. Sendo assim, a posição orbital precisa ser corrigida sempre e, para isso, tem que existir um sistema que coloque o satélite de volta em sua posição e que o oriente em relação à Terra.

O Sistema de Controle de Atitude e Órbita utiliza sensores que identificam o apontamento real do satélite, e o compara com a referência (para onde se quer apontar) no computador de bordo, que então aciona atuadores para efetuar a correção. Este sistema é considerado o cérebro de um satélite, mas o Programa Espacial Brasileiro nunca fabricou um por não investir em sua tecnologia.

ENTREVISTA: Técnico do INPE analisa desenvolvimento do Subsistema de Propulsão

Falta vontade política para se investir em tecnologia nacional

"Queremos e temos capacidade para produzir equipamentos de alta tecnologia, o que falta é vontade política", diz Heitor Patire Júnior, responsável técnico pelo Subsistema de Propulsão da Plataforma Multi-missão (PMM), do Satélite Amazônia-1, sob a responsabilidade do INPE. Heitor é doutor pelo ITA na área de Energia, especializado em Energia Térmica.

Por Shirley Marciano

Jornal do SindCT: Que benefícios o Programa Espacial Brasileiro pode trazer para a sociedade?

Heitor Patire Júnior: Muitos benefícios. Quando um projeto é desenvolvido em institutos de pesquisa como o INPE, tendo ou não parceria com empresas nacionais, o país detém o conhecimento das tecnologias aplicadas, podendo ser usadas em outros produtos na indústria, através da transferência do conhecimento.

No caso da aplicação espacial, os produtos requerem processos com precisão e materiais que geralmente suportem ambientes com condições muito adversas. No entanto, o conhecimento dessas técnicas pode e já é utilizado por diversas áreas, como, por exemplo, indústria de alimentos, instrumentos médicos e ópticos, robótica, conformação e soldagem de materiais de liga especial, aviação, automobilística e muitas outras áreas.

Jornal do SindCT: Mas como ocorre a transferência desse conhecimento para as indústrias brasileiras? Essas tecnologias são vendidas?

Heitor Patire Júnior: A indústria nos procura para treinamento de mão de obra em nossos cursos de pós-graduação ou uso de nossos laboratórios para testes de seus produtos, como ocorre no LIT; ou quando tem alguma dificuldade tecnológica em seus produtos. O INPE treina e ajuda fazendo a transferência do conhecimento. No máximo, ocorre a reposição financeira dos materiais e energia consumidos, mas não existe qualquer lucro.

Jornal do SindCT: Na sua visão, qual a importância de desenvolver tecnologia nacionalmente?

Heitor Patire Júnior: Quando um país desenvolve a sua tecnologia pode vender com um valor agregado muito mais alto. É o caso dos países desenvolvidos que sempre investiram em tecnologia e que vendem os seus produtos para o mundo todo, mas jamais transferem o seu conhecimento por um óbvio motivo: vender sempre e não criar concorrência. É assim que pensa qualquer empresa ou país que detém conhecimento.

Jornal do SindCT: Em que nível você considera que o Brasil está em termos de desenvolvimento tecnológico na área espacial?

Heitor Patire Júnior: Entre os BRICs nós somos os últimos. O Brasil peca muito por não investir adequadamente em seus pesquisadores, valorizando-os com bom salário, com verba sem interrupções para projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Se não tem um bom salário, esse pesquisador vai embora para a universidade, indústria ou para fora do país procurar melhores condições.

Com relação à verba para desenvolvimento de projeto, a falta de investimento consistente realmente é algo difícil de se entender para um país que possui um discurso de fazer pesquisa espacial. Veja a questão da compra do subsistema de atitude e órbita da empresa Argentina INVAP. Por que não deixaram os pesquisadores do INPE desenvolver? O que teria faltado?

Conhecimento? Certamente que não, pois, com toda certeza, os pesquisadores do INPE sabem fazer. Seria dinheiro? Também não foi, porque compraram o subsistema da empresa da Argentina por R$ 47, 5 milhões.

Para ser justo, se tivesse usado esse mesmo recurso, contratando mais pessoas para esta equipe, equipando os laboratórios e comprado os equipamentos que faltavam, certamente teriam um produto muito melhor do que esse que será entregue pela estatal Argentina INVAP. Sobretudo, haveria domínio de *know how* na área, gerando uma autonomia para que nunca mais precisasse comprar este tipo de equipamento fora do Brasil. Poderíamos fabricá-los nas indústrias nacionais para utilizar nas várias aplicações que usam esse produto, como aviões, robôs, satélites, foguetes e muitos outros.

A única explicação que é possível chegar é a de que ainda falta muita vontade política e patriotismo.

Jornal do SindCT: Se você estivesse falando agora com o ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, o que diria a ele sobre essa questão acima abordada?

Heitor Patire Júnior: Gostaria que houvesse comprometimento desse governo para investir mais nos nossos institutos. Queremos e temos capacidade para produzir equipamentos de alta tecnologia. Precisamos que haja condições equilibradas para chegarmos a este fim, ou seja, planejar as contratações necessárias, com tempo para treinar os novos funcionários concursados, comprar os equipamentos para os projetos, investir nos laboratórios e, sobretudo, dar continuidade financeira nas pesquisas, pois estas devem ser constantes e evolutivas. Quando uma pesquisa ou projeto é paralisado, automaticamente começamos a regredir, pois existem muitos profissionais pesquisando no mundo inteiro os mesmos produtos e equipamentos e, fatalmente, ficaremos para trás.

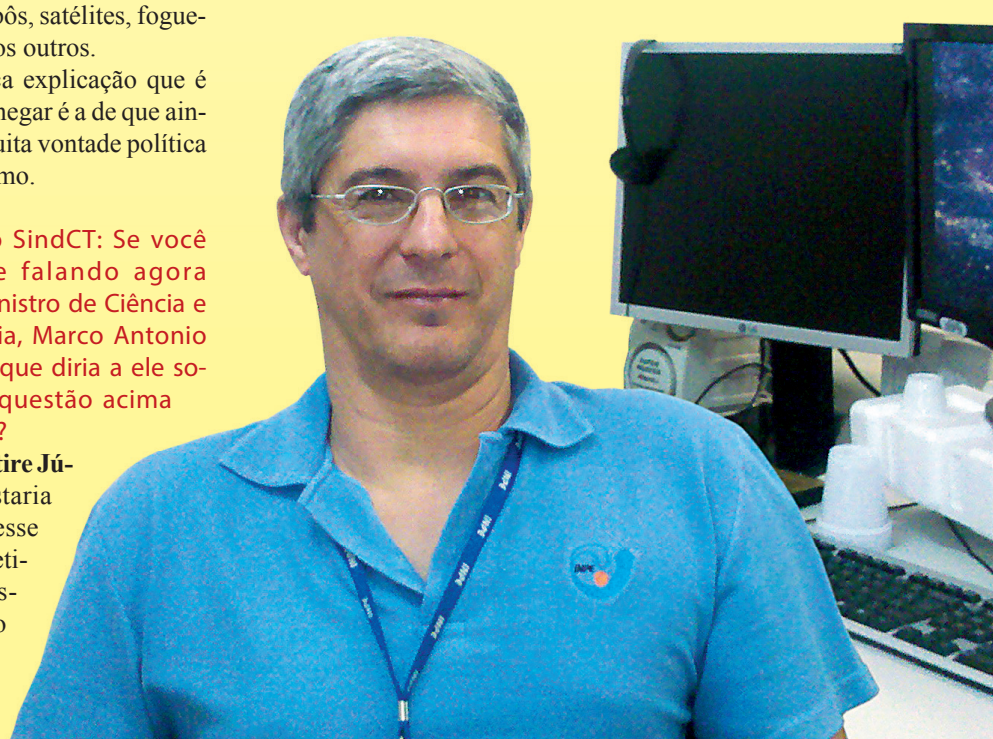
Jornal do SindCT: Por favor, ajude os leitores do jornal que não estão familiarizados com o tema a compreender o seu trabalho. O que é um Subsistema de Propulsão?

Heitor Patire Júnior: O Subsistema de Propulsão é o que proporciona o empuxo (força do líquido sobre um corpo), necessário para correções de atitude e órbita em um satélite. Ele é composto por um conjunto de equipamentos: tanque de combustível, tubulações, válvulas de controle e propulsores. Este subsistema faz parte da Plataforma Multi-missão (PMM) que é parte integrante do satélite Amazônia – 1, com previsão para ser lançado em 2014.

Jornal do SindCT: Já houve experiências anteriores com relação ao Subsistema de Propulsão?

Heitor Patire Júnior: Em 2000 houve um subsistema embarcado em uma plataforma sub-orbital (PSO) que se perdeu no mar por problemas com o foguete. Esta é a primeira vez que é construído no Brasil para controle de atitude e órbita embarcado em um satélite, inclusive com tecnologia brasileira em alguns equipamentos. O desenvolvimento é realizado em parceria com a empresa nacional Fibraforte, que faz parte do consórcio de empresas da PMM.

A empresa desenvolveu o subsistema baseado em especificações e acompanhamento do INPE e atualmente estão realizando os testes de qualificação com grande êxito nos resultados.



SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO BRASILEIRO: Previsão de lançamento em 2014

Programa Espacial sem telecomunicação não se justifica

O satélite geoestacionário surgiu de duas necessidades: cobrir todo o território nacional com banda larga, coordenado pela Telebrás e prover o país de comunicação estratégica e de defesa.

Por Shirley Marciano

O satélite, que tem previsão para ser lançado no final de 2014, a um custo estimado de R$ 715 milhões, deve ser construído pela sociedade formada entre Telebrás (49%) e Embraer (51%), que terá a função de contratar fornecedores para o satélite e também para o lançador.

A Telebrás é a responsável geral pela coordenação do projeto, juntamente com os ministérios das Comunicações, da Defesa e da Ciência e Tecnologia, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A ideia é que esse seja o primeiro de vários satélites para banda larga, de acordo com declarações feitas pelo ministro Marco Antonio Raupp à imprensa. Este satélite deverá ser operado pela Telebrás e pelo Ministério da Defesa.

O geoestacionário será acessado diretamente por provedores de serviço de internet (ISP) que, por sua vez, atenderão aos usuários individuais seguindo as diretrizes e custos estabelecidos pelo Plano Nacional de Banda Larga. Assim farão a distribuição do sinal via rede terrestre ou 3G (no futuro, 4G). A 3G funciona via antenas no solo, que se comunicam diretamente com celulares ou modems.

"A grande vantagem de um satélite de telecomunicação é você não precisar ter uma rede terrestre para alcançar um município que fica em um lugar longínquo e de difícil acesso", afirma José Nivaldo Hinckel, pesquisador do INPE.

O novo satélite terá uma faixa de frequência bem maior que a encontrada na internet via satélite comum. A faixa maior de frequência é um fator importante para a oferta de serviços de alta velocidade.

Para Hinckel, há muito tempo já deveria ter sido lançado um satélite geoestacionário. "No Brasil só se tem feito imagens, mas não adianta porque só isso não justifica o programa espacial brasileiro", acrescenta.

De acordo com ele, o Brasil, pelo seu tamanho, população e perfil, tem grande potencial de usuários. Então, só por este aspecto, já se justifica o interesse do governo brasileiro de ter uma autonomia maior na produção e operação de satélites geoestacionários de telecomunicação.

"O Brasil tem recursos econômicos razoáveis. Se investir com continuidade, com certa intensidade e perseverança, ele terá condições de realizar com êxito muitos outros projetos espaciais dessa natureza", finaliza.

O que é satélite geoestacionário

O nome geoestacionário é dado por serem colocadas em uma órbita sobre o equador de tal maneira que o satélite tenha um período de rotação igual ao do planeta Terra, ou seja, 24 horas. Assim, a velocidade angular de rotação do satélite fica igual ao da Terra e a impressão que se tem é a de que o satélite está parado no espaço na perspectiva de quem está na Terra.

O mínimo de velocidade para que um satélite entre em órbita são 28.000km/h. Com essa velocidade, se posicionarmos o satélite a 36.000 Km de altitude, acima do equador, ele ficará numa órbita geoestacionária.

O satélite, que possui a missão de transmitir, é uma simples estação repetidora dos sinais recebidos da Terra que são detectados, deslocados em frequência, amplificados e repassados de volta à Terra.

40 ANOS de história

Telecomunicações no Brasil

Em 1962 foi criado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). À época, havia apenas uma linha telefônica para cada 100 habitantes. Entre as novidades que se destacam no Código, estava a determinação para a formação de uma empresa estatal para instalar e operar troncos de comunicação de longa distância, fato que resultou, três anos depois, na criação da Embratel.

Entre 1967 e 1972, a empresa ligou as principais cidades das cinco regiões do país, permitindo, por meio da discagem direta à distância (o DDD), a ligação entre os principais municípios brasileiros. A expansão da telefonia fixa urbana começou em 1972, quando o governo criou a Telebrás, empresa holding da Embratel e de um sistema nacional de empresas-pólo estaduais, que absorveram as pequenas companhias telefônicas municipais.

Na radiodifusão, esse mesmo esforço viabilizou a formação de redes de TV, com a filiação da Embratel ao consórcio de satélites Intelsat, período que consolidou no setor um modelo baseado na exploração privada dos serviços, sob a liderança e hegemonia do grupo Globo.

Nos anos 90, no Brasil, houve a privatização do setor, com o consequente desmonte do Sistema Telebrás, a partir da aprovação do Programa Nacional de Desestatização (Lei 8.031/90).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso propôs e o Congresso Nacional aprovou a EC nº 8, alterando a Constituição Federal de 1988. Com a mudança, tornou-se possível a abertura da exploração dos serviços públicos de telecomunicações ao capital privado, colocando fim a um monopólio estatal.

HISTÓRIA: O resgate do papel das instituições de ciência e tecnologia

SindCT conta história do desenvolvimento do motor a álcool no DCTA

Imagens históricas da produção do carro a álcool

Em 150 páginas, livro aborda o protagonismo do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), hoje DCTA

Por Sheila Jacob

Foram dois anos de entrevistas, consultas a jornais, comunicados, cartas, homenagens etc. O resultado, recém-saído do prelo, é o livro *A solução brasileira: história do desenvolvimento do motor a álcool no DCTA,* escrito pela jornalista Fernanda Soares, do SindCT.

Como ela explica, o idealizador da publicação foi o secretário-geral do Sindicato, Sérgio Rosim, que tinha como objetivo esclarecer a população sobre o funcionamento dos institutos de pesquisa.

"Minha preocupação era registrar essa história, pois tinha medo de que se perdesse. Eu e outros diretores percebemos que esta era uma forma de mostrar que as instituições de ciência e tecnologia têm contribuído significativamente para a sociedade", conta Rosim, para quem o livro também cumpre o objetivo de homenagear os funcionários que têm suas histórias relatadas ali.

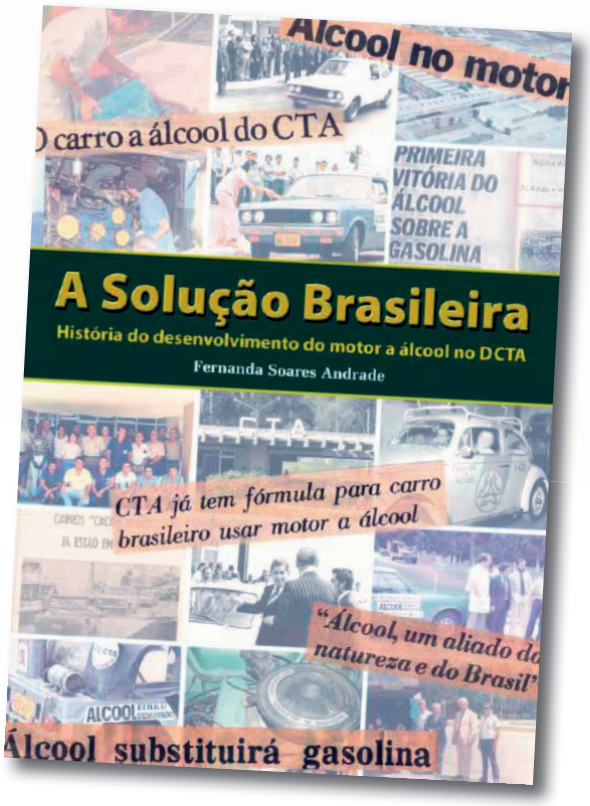
As 150 páginas contêm uma rica documentação, abordando desde o final da década de 1970 até os dias de hoje. A publicação trata do momento de crise do Petróleo e do início do desenvolvimento do motor a álcool no Brasil. Aborda o protagonismo do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), como o DCTA era chamado na época; como funcionava todo esse processo; as vantagens em relação à gasolina; o surgimento das novas usinas; experiências com outros combustíveis e o retorno do uso do álcool nos carros flex.

Passando por São Simão (GO), Goiânia (GO), Uberlândia (MG) e Brasília (DF), a autora conta que, além das viagens, foram muitas aventuras para escrevê-lo. "Eu fui a Uberlândia fazer uma entrevista, e na volta, por causa do atraso do avião, perdi a conexão e dormi em Ribeirão Preto. No hotel, conheci um representante de fluido de óleo de motor, que me ensinou como funciona o motor. No voo da volta, conheci um vendedor de maquinário para usina de álcool", relata Fernanda.

Clóvis Michelan

Emocionada, ela se lembra do engenheiro Clóvis Michelan, conhecido por muitos como "pai do carro a álcool". Clóvis foi um dos principais incentivadores da pesquisa, tendo disponibilizado seu acervo e seu tempo para conversar com a jornalista. Por causa de um câncer, não conseguiu concluir sua promessa de escrever o prefácio do livro. Foi internado logo após o pedido e veio a falecer três meses depois.

A primeira edição de *A solução brasileira* tem tiragem de 2000 exemplares, que terão distribuição gratuita e dirigida, voltada principalmente para parlamentares, sindicatos e bibliotecas do Brasil. A ideia é traduzi-lo para inglês, para que outros países tenham acesso a essa história.



Série Espacializando

Além deste, existe outro projeto do Sindicato em andamento, que propõe a divulgação das pesquisas desenvolvidas no INPE e DCTA. É a Série Espacializando, formada por livros de cerca de 50 páginas escritos por pesquisadores destes institutos. Além da publicação sobre "Satélite e suas aplicações", estão previstos outros sobre a utilização de energia solar, meteorologia e lançadores. "Com essa série, pretendemos, a partir de uma linguagem simples, dar a conhecer o que está sendo feito", conta Rosim.

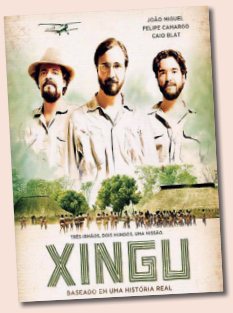
LIVRO

A Indústria de defesa no governo Lula
Renato Dagnino
Expressão Popular/ Fapesp

Este livro trata da produção e desenvolvimento tecnológico de material de defesa. Escrita por um dos poucos pesquisadores latino-americanos da área de Economia da defesa, a obra alia a essa abordagem o instrumental da Análise de Políticas para traçar os vetores de planejamento (policy) e de interesses (politics) que orientam a Política de Defesa e que condicionam suas implicações socioeconômicas, tecnocientíficas, de política externa etc. Uma pesquisa indispensável para quem já participa do debate sobre a Política de Defesa brasileira e também para quem quer iniciar-se no assunto.

FILME

Xingu
Cao Hamburguer
Brasil/ 2012



O filme recupera a saga dos irmãos Villas-Bôas, que dedicaram suas vidas à proteção dos indígenas e à defesa de suas culturas. Mostra como Orlando, Claudio e Leonardo partiram em uma missão para o Oeste do país em busca de aventura, mas logo se identificaram com os povos originais que foram encontrando pelo caminho. Passando a questionar a atuação dos fazendeiros e do próprio governo em relação a essa população, eles conseguem, após muita luta, fundar em 1961 o Parque Nacional do Xingu, uma reserva indígena destina a preservar o pouco que havia sobrado da cultura local.

AÇÃO POLÍTICA é revivida com parceria com SindCT

Rádio Aguapé está de volta

Movimento cultural pretende reunir arte, ciência e educação

Por Sheila Jacob

Em uma parceria firmada com o SindCT, a Rádio Aguapé pretende unir ciência, tecnologia e cultura. A ideia é divulgar para a população as ações do Programa Aeroespacial Brasileiro, do INPE e do DCTA.

"Tem coisas que o povo precisa saber. O carro a álcool, por exemplo, foi desenvolvido no nosso município, a urna eletrônica também. Tudo isso está na vida do povo, e a gente nem sabe que surgiu aqui", esclarece Cesar Pope, um dos fundadores do grupo. Também serão distribuídos jornais do Sindicato e serão divulgadas as reivindicações dos trabalhadores, como a Campanha Salarial, e denúncias de sucateamento e privatização da área.

Como surgiu a Rádio Aguapé

Em meados da década de 1980 surgiu um movimento cultural em São José dos Campos para levar música, poesia, dança e teatro aos moradores da cidade. Foi a Rádio Aguapé, formada por cerca de dez artistas que, entre 1985 e 1990, veiculavam suas ideias e seus talentos muitas vezes por meio de caixas de som de amigos. "Era um movimento bem espontâneo, que reunia poetas, músicos, atores, bailarinos, agentes culturais, jornalistas. O grupo se apresentava todos os sábados na antiga Praça da Cultura, hoje Praça Afonso Pena", conta Cesar Pope.

Natural de Assis (SP), cidade vizinha ao estado do Paraná, Pope é radialista, músico, agente cultural e produtor. Em entrevista ao *Jornal SindCT*, ele contou que aos 18 anos veio para São José por causa da família. Desde então colaborou com rádios comunitárias e resolveu criar, com um grupo de conhecidos, o movimento que uniria apresentações artísticas a divulgação de ideias e opiniões críticas.

Fotos Sheila Jacob

Apresentação na Praça Afonso Pena

As exibições se organizavam em várias seções de rádio, o que explica seu nome. Havia, por exemplo, os programas "Bolo de Fubá", "Rádio Mulher" e "Boca no Trombone", que nas palavras de Pope é um "espaço reivindicativo, para falar o que a *Veja*, *O Vale* e o Jornal Nacional não falam de jeito nenhum".

Foram cinco anos de exibições regulares até o movimento enfraquecer um pouco, quando Pope se mudou para Barcelona, Espanha. "Fui para a Europa 'na cara e na coragem', e morei lá por 20 anos. Agora estou de volta, e a ideia é retomar as atividades desse movimento tão importante", conta Pope. Na década de 90, a Rádio Aguapé ganhou o estatuto de Ong, e passou a se denominar Núcleo de Ação Cultural Rádio Aguapé (NACRA). Em 2011 e 2012, o grupo retomou suas apresentações na praça central da cidade, revivendo o movimento cultural de 25 anos atrás.

A década de 70

O movimento, no entanto, não foi o primeiro a ocupar a Praça. No final da década de 1970, ainda época de ditadura civil-militar, a mesma Praça servia como ponto de encontro para declamações de poesia.

"Essa época era bem difícil por causa da repressão. Queríamos transformar o espaço em lugar de manifestação dos anseios da sociedade. Trazendo versos de Ferreira Gullart, João Cabral de Melo Neto e de 'poetas marginais', pensávamos que a poesia era importante para estimular uma reflexão crítica sobre o período em que vivíamos", conta o poeta José Morais.

Segundo ele, a Rádio Aguapé surgiu como uma extensão da iniciativa deste grupo de jovens que se reuniam na praça também aos sábados, entre os anos de 1978 e 1982.

De volta às raízes

O movimento agora ressurge, procurando unir tanto jovens artistas quanto antigos participantes. É o caso, por exemplo, de Pérsio Assunção, cantor e compositor paulistano que veio para São José em meados da década de 1980, bem no início da Rádio Aguapé, e desde então começou a colaborar com o grupo. Foi inclusive nesta cidade que ele lançou, em 1990, seu primeiro disco, "Língua de violeiro". Animado com o retorno, o artista afirma ter saudade daquele tempo em que o interesse pela cultura popular era bem vivo. "Nesses últimos anos esse cenário artístico mudou muito, pois o capitalismo veio transformando as ações culturais em produto. A indústria passou a determinar as direções da cultura, então essa área do pensamento se transformou em interesse de mercado. Iniciativas como a Rádio Aguapé se tornaram muito difíceis, pois é uma resistência a essa tendência", afirma Assunção, dizendo considerar importante espaços como esse, que possibilitam mostrar a diversidade, a riqueza e a força da cultura popular brasileira.

Após as apresentações de maio, a ideia é levar a Radio Aguapé para regiões periféricas de São José dos Campos, com o objetivo de estimular os moradores a saberem mais sobre sua cidade.

Jaildson Tomaz da Silva

Quem for ao Rio de Janeiro, onde acontece no próximo mês a Cúpula dos Povos e a Rio + 20, no mês de junho, não pode deixar de visitar a exposição A Terra Vista do Céu, do ativista francês Yann Arthus-Bertrand. Está na Cinelândia, no Centro da cidade.

MARCAÇÃO DE CONSULTAS: Tormento a ser evitado

Demora em atendimento é parte da rotina dos planos de saúde

A longa espera por atendimento médico deixou de ser reclamação somente na rede pública. Usuários de convênios particulares enfrentam o mesmo problema.

Por Fernanda Soares

O descontentamento é tanto que usuários dos planos de saúde especulam até mesmo sobre falência dos convênios. Com certeza, só se pode afirmar que os planos de saúde estão em segundo lugar no ranking de reclamações do Procon do estado de São Paulo.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável pela fiscalização dos planos de saúde, fixou em junho de 2011 um prazo máximo de 15 dias úteis para a marcação de consultas (por meio da Res. Normativa 259).

A regra parece não estar funcionando. Entre dezembro de 2011 e março de 2012, a ANS recebeu mais de 3.000 reclamações de não cumprimento do prazo, de quase 20% das operadoras de plano de saúde no Brasil.

De acordo com a ANS, as empresas que descumprirem o prazo podem receber uma multa que varia de R$ 80 mil a R$ 100 mil, em casos de emergência.

O *Jornal do SindCT* tentou agendar, na semana de 14 a 18 de maio, consulta com especialistas da rede Unimed e Ativia de São José dos Campos, planos oferecidos pelo SindCT a seus filiados. Confira o resultado no quadro abaixo.

O consumidor que se sentir lesado deve fazer sua reclamação à ANS através do telefone: 0800-701-9656.

Convênio Unimed

- ✓ **cardiologista** Fábio R. S. Batista – somente a partir de novembro
- ✓ **cardiologista** José Luiz F. A. Lessa – ligar em junho para marcar para julho
- ✓ **endocrinologista** Eder Teixeira Cardoso – não atende consultas. A atendente disse que é necessário marcar uma consulta com um clínico geral e levar o pedido de encaminhamento ou o diagnóstico de exame.
- ✓ **endocrinologista** Márcio Antônio Pereira – não tem horário para novos pacientes, o paciente deve deixar nome na lista de espera e aguardar contato do consultório.
- ✓ **dermatologista** Jaqueline S. Santana Peres – consulta marcada para julho
- ✓ **dermatologista** Dirlene M. Palmeira Roth – consulta marcada para 31 de maio

Convênio Ativia

- ✓ **cardiologista** Paulo Eduardo G. Gaia – consulta marcada para junho
- ✓ **cardiologista** Celestino Carvalho Junior – consulta marcada para 29 de maio
- ✓ **endocrinologista** Vanderlei Angelo N. Gagliardi – consulta marcada para 25 de julho
- ✓ **endocrinologista** Orlando Carlos Costa – consultas disponíveis somente para agosto
- ✓ **dermatologista** Alan Techelsk – consulta marcada para o dia seguinte à ligação
- ✓ **dermatologista** Caroline Costa M. Simões – consulta marcada para 5 de junho

Médicos recebem R$ 30,00 por consulta

No final de abril, os médicos que atendem em planos de saúde interromperam consultas e outros procedimentos durante 24 horas em 12 estados. O protesto foi realizado no Acre, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e Sergipe. Em São José dos Campos, os médicos organizaram uma passeata para chamar atenção da população para o problema que enfrentam. A queixa principal é o valor pago por consulta, que em alguns planos não ultrapassa R$ 30,00; e a demora para o recebimento dos honorários. O baixo valor pago por consulta obriga o médico a diminuir o tempo dedicado a cada paciente durante uma consulta, para que possa atender o maior número possível de pessoas e, assim, conseguir custear seu consultório. O resultado é paciente e médico insatisfeitos.

Unimed nega cirurgia por vídeo

Agda Lúcia Sales, nora do aposentado do INPE Ernando Noronha Sales, procurou o SindCT para reclamar de um não atendimento por parte da Unimed de São José dos Campos. Ela conta que a sogra, Joanna Maria C. T. Salles, necessita de uma cirurgia para retirada do rim. "A cirurgia por vídeo é melhor para o plano e para o paciente. O paciente não precisa de UTI, corre menor risco, e a despesa para o plano de saúde é menor", diz.

Mesmo com o contrato constando cobertura para esse tipo de procedimento, a cirurgia por vídeo para a senhora Joanna foi negada. A nora prepara novamente os pedidos para a cirurgia e, no caso de uma nova negação, encaminhará a reclamação à ANS.

APOSENTADORIA: Bom momento para ativar a sexualidade

No mês passado uma notinha na coluna do Ancelmo Góes, em um jornal carioca, chamou a atenção de muita gente. Nela o jornalista contava que o médico Augusto Bozza, do Instituto Nacional de Cardiologia (INC), acabara de finalizar um estudo para mostrar que quem faz sexo três vezes por semana não é considerado sedentário. Segundo Bozza, cada atividade pode equivaler a caminhadas de 30 minutos a uma hora.

O médico indica a troca do cigarro pelo sexo. Enquanto o primeiro mata, o segundo pode salvar. E, neste caso, as mulheres são as principais vítimas. Elas têm mais dificuldade para parar de fumar. No Rio de Janeiro, em 12 anos, a percentagem de homens que fumavam caiu de 38% para 23%, mas no mesmo período, entre 1989 e 2001, as fumantes mulheres passaram apenas de 24% para 20%.

De acordo com Bozza, o crescimento do número de enfartes entre as mulheres é de tal monta, que a proporção de enfartes entre os sexos caiu. Antes era de quatro homens enfartados para uma mulher. Agora, é de dois homens enfartados por mulher.

PREFEITURA: Prestação de contas revela o absurdo

São José gastou mais com desocupação do que gastaria com regularização do bairro

Três meses após a desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos, vereadores da cidade denunciam os gastos realizados pela prefeitura na operação.

Por Fernanda Soares

O município de São José dos Campos teve prejuízo com a desocupação do Pinheirinho. E estes já ultrapassam a casa dos milhões. O Portal Transparência apresenta um gasto da Prefeitura de mais de R$ 2,2 milhões, referentes a 300 mil marmitex e 150 mil cafés que, em tese, foram distribuídos aos moradores de Pinheirinho. De acordo com os cálculos realizados pelo Portal com base nas informações da própria prefeitura, seriam gastos 112 mil marmitex e 94 mil cafés, se todos os que estivessem no abrigo fizessem as três refeições diárias no local.

O vereador Wagner Balieiro (PT) afirma que para consumir a quantia comprada pela prefeitura, 3.150 pessoas deveriam ficar nos abrigos durante os 47 dias e não foi o que aconteceu. O número máximo de desabrigados nos alojamentos da prefeitura foi de dois mil ex-moradores.

Outro ponto de denúncia é referente ao valor pago pelas pulseiras de identificação que os moradores eram obrigados a usar. Na prestação de contas, o valor pago pelas pulseiras de plástico foi de R$ 5,80 a unidade.

Resgate: R$ 1.473,11 por animal

Denúncias contra policiais que teriam atirado em animais de estimação, ou tratoristas que passaram por cima de casas com animais dentro, foram frequentes após a desocupação do bairro. A prefeitura havia se responsabilizado pelo recolhimento dos animais, bem como pelo alojamento dos mesmos, já que seus donos estavam sem casas.Alguns moradores conseguiram retirar seus animais, porém 239, entre cães, gatos e coelhos, permaneceram no local. Após uma grande pressão realizada por Organizações Não Governamentais de defesa dos animais, a prefeitura contratou uma empresa para o recolhimento e abrigo.

A ONG Cão Sem Dono visitou o abrigo no dia 13 de março e constatou que metade dos animais havia morrido.

As denúncias não param por aí. Para fazer o recolhimento dos animais a Prefeitura gastou R$ 1.473,11 por cada animal, três vezes o valor do auxílio-moradia para as famílias.

Custo da operação: R$ 10 milhões

O custo contabilizado pela prefeitura para a realização da desocupação foi de R$ 10,3 milhões. Os vereadores estimam um valor muito maior. Ao incluir na conta o valor pago pelo auxílio-moradia, o gasto para a desocupação atinge o montante de R$ 17,98 milhões. Falta incluir nessa contabilidade os valores gastos com deslocamento da tropa de choque e policiais, horas extras de funcionários e despesas extras nos alojamentos com luz, água e funcionários. Ainda conforme promessa dos governos, os moradores continuarão recebendo o auxílio-moradia até a entrega das casas. Portanto, mais R$ 24 milhões serão gastos.

Já a construção de moradia para 1.100 famílias que foram cadastradas, promessa dos governos municipal e estadual, não sairá por menos de R$ 100 milhões. Os valores foram estimados sem correção. E ultrapassam, e muito, o custo de compra do terreno e regularização do bairro.

PINHEIRINHO: Como vivem os moradores três meses depois

Medo da Prefeitura é sentimento predominante

Lembranças da desocupação ainda atormentam mulheres e crianças

O *Jornal do SindCT* conversou com duas ex-moradoras do Pinheirinho. As duas mulheres atualmente são vizinhas no novo bairro e contam uma com a outra para enfrentar os problemas causados pela desocupação.

A primeira a conversar com o *Jornal do SindCT* tem quatro filhos de 14, 12, 6 e 1 ano e meio. Era faxineira e agora não pode mais trabalhar. "Eu não posso sair de casa, qualquer barulho diferente que meus filhos ouvem, principalmente de avião, começam a chorar e achar que serão expulsos de casa".

Ela conta que a desocupação na sua casa não teve violência física, mas a psicológica foi grande. Denuncia o uso de arma de fogo por uma policial feminina e questiona: "Sendo mulher, como uma policial pode chegar perto de uma criança com arma?".

A faxineira não teve tempo de recolher seus pertences. Ela e os filhos saíram apenas com a roupa do corpo. Para buscar a mudança que, segundo a Prefeitura, teria caminhões disponíveis para isso, precisou pagar R$ 600,00. Ainda encontrou a casa arrombada, e tudo o que tinha de melhor havia desaparecido.

Sua vizinha viveu o mesmo. Mora com o marido, a mãe, três filhos e uma neta. Jogaram bomba de gás em sua mãe e ameaçavam a filha adolescente, que havia passado por uma cirurgia no coração, com os cachorros. Ela conta que, apesar do tenente que acompanhou a desocupação na sua casa ter chorado, a maioria dos policiais parecia estar gostando de realizar a desocupação e de vê-los sofrer.

Sobre seus pertences, conseguiu recuperar pouca coisa: algumas roupas, o fogão e dois colchões. Ao serem solicitadas para fotos, ambas reagem rápido com um "não posso!". Indagadas do porquê, informam que foram orientadas pela assistente social a não dar entrevistas, não participar de audiências públicas, passeatas, atos ou qualquer manifestação, sob o risco de serem cortadas do benefício do auxílio-aluguel. *(FS)*

Fernanda Soares

Em assembleia realizada no Pinheirinho, moradores definiam estratégias para permanecer no local

Claudia Santiago

O que sobrou após a destruição das casas

CAMPANHA SALARIAL: governo endurece

Servidores públicos se mobilizam por melhores salários

No dia 5 de junho os servidores públicos fazem Marcha a Brasília para pressionar o Ministério do Planejamento. Na mesma data uma plenária reunirá representantes de todas as entidades em luta na Campanha Salarial 2012.

Fernando Morais

Os servidores públicos federais estão mobilizados por melhores salários em todo o País. Desde o início do ano, representantes da área têm ido a reuniões no Ministério do Planejamento para negociar reajustes salariais, dentre outras reivindicações. As notícias, no entanto, não têm sido favoráveis aos trabalhadores.

O Governo Federal insiste que não há possibilidade de conceder reajuste. A única possibilidade de melhoria seria em relação a benefícios como auxílio alimentação e plano de saúde, mas nenhuma proposta concreta foi apresentada.

Devido a este quadro, algumas categorias irão paralisar suas atividades para fortalecer suas lutas, como é o caso, por exemplo, dos professores das Universidades Federais.

O SindCT tem ido a todos os encontros e é a entidade que conduz os trabalhos do Fórum Nacional das Entidades Sindicais da Carreira de C&T.

Segundo Fernando Morais, diretor do Sindicato, o Governo não quer atender às questões, mas entende que são justas e legais, como a questão das Gratificações por Qualificações. "O Ministério recusa-se a implementar as soluções, fica se esquivando de apresentar seus pontos e propostas.

Empurra as questões com a barriga", afirma. Para Fernando, só haverá conquistas com muita luta e com participação massiva dos servidores. "O SindCT não pode ficar lutando sozinho, os servidores precisam refletir sobre a importância de sua participação nas atividades convocadas pelo Sindicato".

Medida Provisória 568/12

O governo da presidenta Dilma Rousseff enviou para o Congresso Nacional no dia 14 de maio, a medida provisória (MP) 568/12. A MP substitui o projeto de lei (PL) 2203/11, enviado em 31 de agosto do ano passado, que recebeu mais de 180 emendas e ainda aguardava votação no Congresso. De acordo com a Condsef, a medida provisória reduz os salários dos médicos e médicos veterinários à metade (artigo 44) criando duas novas tabelas (20 e 40 h), e altera a forma de pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Hoje, os adicionais são pagos de maneira percentual ao salário (5%, 10% ou 20%). Com a MP, passam a ser pagos em valores fixos de R$100, R$180 e R$ 260 para insalubridade, e R$180 para periculosidade. A justificativa para a redução da insalubridade é que trabalhadores de nível de apoio, médio e superior devem receber o mesmo valor de insalubridade, pois estão submetidos ao mesmo risco, porém o problema é que o governo nivela tudo por baixo, retirando direitos.

"A Medida Provisória 568/12 contém pontos polêmicos que não foram sequer negociados com a categoria", diz Fernando Morais. Para ele, os artigos 86 e 87 (insalubridade e periculosidade) da MP568 são atitudes maquiavélicas. "Qualquer cidadão lúcido que tenha conhecimento dos dois artigos ficará boquiaberto e indignado com o que o MPOG encaminhou, tentando prejudicar o servidor e roubar-lhe direitos".

Fernanda Soares

Assembleia ocorrida em 15/05/2012

Carreira da Ciência e Tecnologia

Fique atento aos principais pontos da nossa pauta de reivindicações

Desde o acordo assinado em 2008, os servidores da carreira de C&T não têm reajuste salarial e acumulam as perdas inflacionárias do período. O Fórum de C&T, entidade que reúne os sindicatos e associações da carreira de C&T, lançou a campanha salarial 2012 com os seguintes pontos de pauta:

✓ **Aplicação** da nova Tabela Salarial à Carreira de C&T;

✓ **Regulamentação** da GQ (Gratificação de Qualificação) dos servidores de nível intermediário:
GQ1 – 360 horas de cursos de capacitação/qualificação;
GQ2 – Graduação ou 400 horas de cursos de capacitação/qualificação;
GQ3 – Graduação ou 440 horas de cursos de capacitação/qualificação.

✓ **Encaminhamento** imediato ao governo da proposta de nova legislação para a GQ – Gratificação de Qualificação dos servidores de nível intermediário, com base em carga horária de cursos de capacitação/qualificação:
GQ I – 180 horas; GQ II – 250 horas; e GQ III – 360 horas.

✓ **Convocação** imediata dos aprovados nos últimos Concursos Públicos da Carreira de C&T;

✓ **Concursos Públicos** imediatos para a reposição de pessoal da Carreira de C&T;

✓ **Reconhecimento** do Tempo de Serviço trabalhado em Condições Especiais para fins de Aposentaria e Abono de Permanência.

REPARAÇÃO: Política de cotas para negros na educação superior

Ainda há uma diferença alarmante na escolaridade entre alunos brancos e afrodescendentes

Por Claudia Santiago

No dia 26 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, a adoção da política de cotas para negros nas universidades públicas. A decisão não obriga as instituições públicas de ensino superior a adotarem o sistema, mas determina que ele é constitucional e, portanto, válido.

Na ocasião, o ministro Luiz Fux afirmou: "A opressão racial dos anos da sociedade escravocrata brasileira deixou cicatrizes que se refletem, sobretudo, no campo da escolaridade revelando graus alarmantes de diferenciação entre alunos brancos e afrodescendentes, por isso que, de escravos de um senhor, esses últimos passaram a escravos de um sistema".

Por que política de cotas

Para ajudar aos leitores do *Jornal do SindCT* a compreenderam as razões dos que defendem as cotas, vamos publicar neste espaço pequenos trechos do artigo "A política de cotas para negros na educação superior", produzido pelas professoras Mariluce Bittar e Carina E. Maciel de Almeida.

"(...) A história da resistência negra no Brasil teve seu início com a vinda dos primeiros negros trazidos da África, em meados do século XVI. Posteriormente, houve resistência organizada, como a Revolta dos Malés, na Bahia, e a instituição da República de Palmares na Serra da Barriga, em Alagoas, reduto que durou até 1695, com a morte de Zumbi dos Palmares.

Por volta da década de 1940, organizou-se a chamada Frente Negra de Combate ao Racismo. Nos períodos ditatoriais, houve grande resistência ao Movimento Negro. Sob alegação de infringência à Segurança Nacional, esses governos taxavam esse movimento social de subversivo, equiparando-o à ideologia comunista (...)".

O papel da ONU

"(...) Em 1968, a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou a *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, que foi ratificada por 157 países, os quais se comprometeram a promulgar e proteger os princípios de igualdade. A ONU promoveu também três Conferências Mundiais sobre essa temática, sendo as duas primeiras em Genebra (Suíça), em 1978 e 1983, e a terceira em Durban (África do Sul), em 2001. Esta última Conferência abordou temas mais abrangentes: racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, objetivando erradicar qualquer forma de discriminação racial.

Dentre as bandeiras de luta de todos esses movimentos anti-raciais destaca-se o direito à educação. A política de cotas para negros na educação superior é decorrência de todos esses movimentos e é vista como um "projeto de reparações", para inserir os negros no meio social (...)."

%
RENDA NO PAÍS
✓ NEGROS: 4
✓ PARDOS: 21,9
✓ BRANCOS: 74,1

Desigualdades raciais na sociedade

"(...) De acordo com Marcelo Paixão, no Brasil os negros detêm apenas 4% dos rendimentos no país (somando salário, aposentadorias, programas de renda mínima e aplicações financeiras); os pardos, 21,9%; e os brancos, 74,1%. O autor afirma que esse panorama da economia no país "é um exercício para pensar como a desigualdade e a pobreza no Brasil têm um evidente componente racial. A riqueza está concentrada entre os brancos, enquanto, entre os pobres, a maioria é negro" (PAIXÃO, 2003, C3).

A Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial definiu discriminação racial como "qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, com o propósito de anular ou prejudicar o reconhecimento, benefício ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais". (Fundação Cultural Palmares – BR, 2005)."

Para ler o artigo completo, visite: *http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a10n28.pdf.*

Mundo

AS ELEIÇÕES FRANCESAS e o Brasil

A Europa na encruzilhada do neoliberalismo

François Hollande ganhou as eleições presidenciais francesas, derrotando Nicolas Sarkozy.

*Por Valter Pomar**

Hollande é um conhecido dirigente do Partido Socialista Francês. Já Nicolas Sarkozy é de um partido de direita e foi presidente francês nos últimos anos.

A eleição presidencial foi decidida no segundo turno. No primeiro turno, dois outros candidatos tiveram destaque: Marine Le Pen e Jean-Luc Mélenchon. Marine Le Pen é candidata da Frente Nacional, organização de extrema direita. Jean-Luc Mélenchon é candidato da Frente de Esquerda.

No segundo turno, Mélenchon apoiou abertamente Hollande. Já Marine Le Pen não recomendou a seus eleitores o voto em Sarkozy. Por quais motivos a extrema-direita não fez campanha aberta pelo candidato da direita, no segundo turno contra o Partido Socialista?

Em primeiro lugar, por razões eleitorais: Le Pen e Sarkozy disputam o eleitorado de direita. Em segundo lugar e mais importante, por razões programáticas: Le Pen é uma crítica da União Europeia. Tanto Mélenchon quanto Le Pen são críticos da União Europeia, e repudiam fortemente o casamento político entre Sarkozy e Angela Merkel, primeira-ministra alemã. Este casamento une as classes dominantes francesa e alemã, em torno de um programa de austeridade para sair da crise.

Austeridade para os de baixo, para os trabalhadores, para os migrantes, para os pobres, para os países mais pobres da Europa, como a Grécia, a Espanha e Portugal. Já para os ricos, para os bancos, para os grandes capitalistas, não há austeridade. Tanto Hollande quanto Sarkozy são defensores da União Europeia.

Da mesma forma como Mélenchon defende uma saída pela esquerda e Le Pen uma saída pela direita, Hollande e Sarkozy possuem divergências muito importantes, a tal ponto que o socialista se apresentou como defensor da juventude e do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que acusava Sarkozy de ser o presidente dos ricos.

No primeiro turno, Hollande e Sarkozy receberam 43% do total dos votos. O que é um sinal do repúdio crescente, na população francesa, contra as implicações de uma União Europeia cada vez menos social e cada vez mais baseada na defesa dos interesses dos grandes banqueiros. No segundo turno, Hollande ganhou por pouco. E terá, nas próximas semanas, outro desafio: o de ganhar as eleições parlamentares.

A França, diferente do Brasil, é um regime parlamentarista. Mas, parecido com o Brasil, o presidente francês tem uma influência muito grande. Para o Brasil, é muito importante que Sarkozy tenha perdido as eleições. Em primeiro lugar, por razões ideológicas: trata-se de um governo de direita, militarista e xenófobo, que adotou diversas medidas contra os direitos dos migrantes. Em segundo lugar, por razões pragmáticas: as políticas de austeridade, adotadas na Europa, afetam em maior ou menor medida, direta ou indiretamente, a economia brasileira.

Valter Pomar é historiador, ex-secretário de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Campinas e membro da direção nacional do PT